

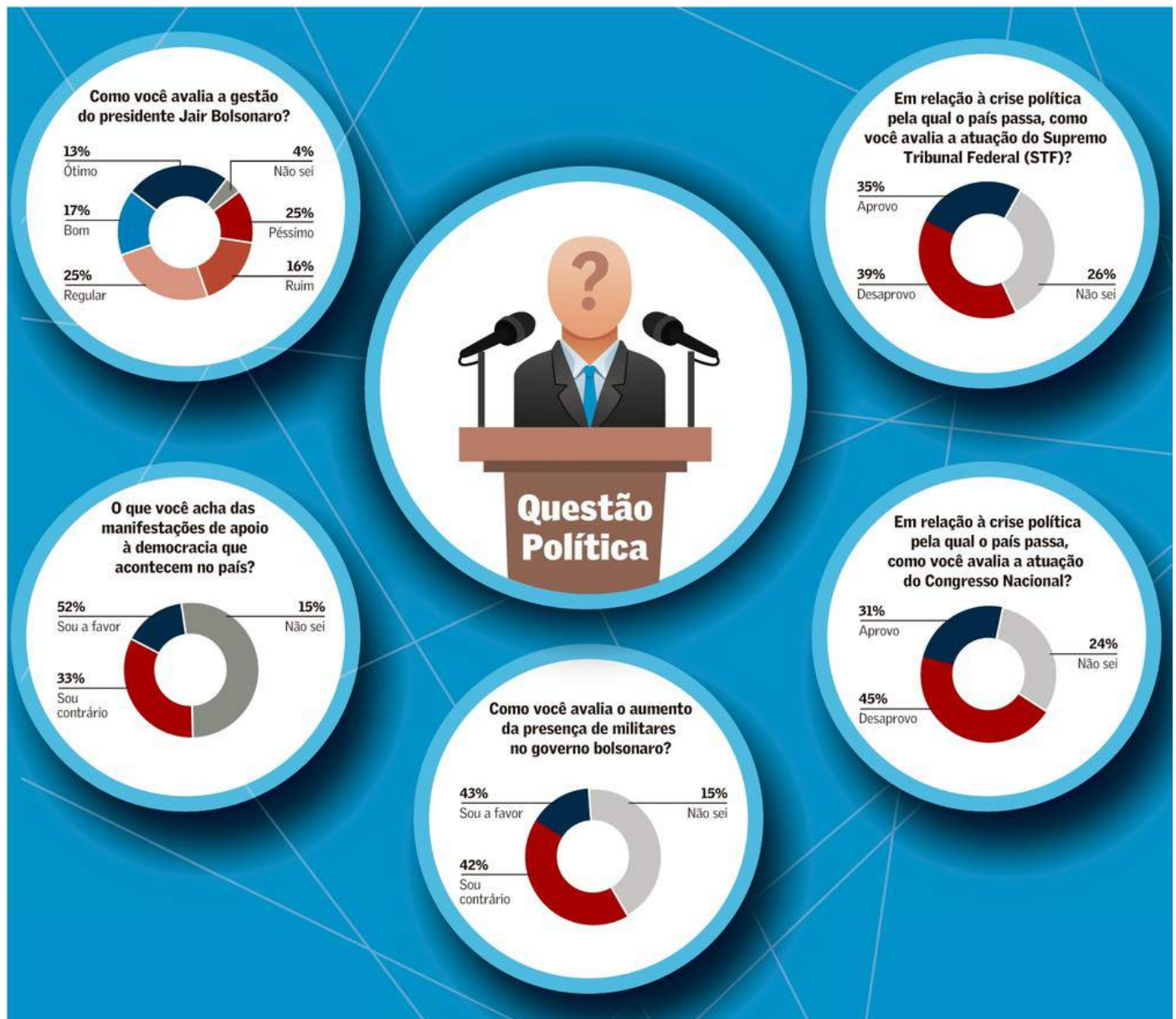
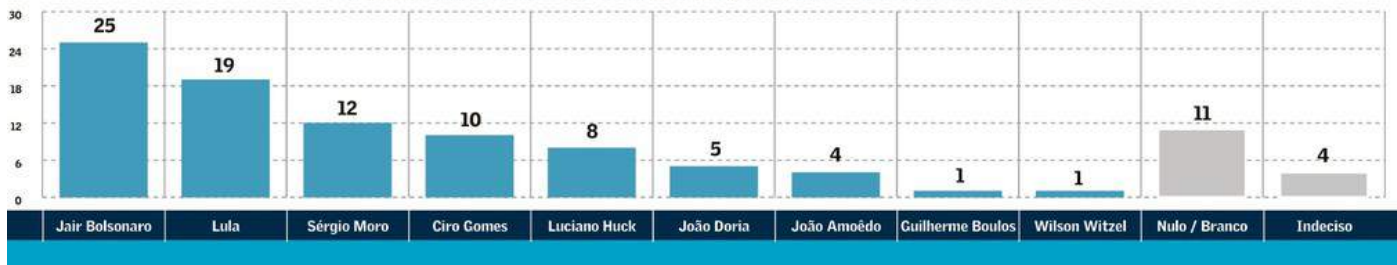
Pesquisa mostra que 71% dos brasileiros perderam renda e 52% são a favor de manifestações pró-democracia

Pesquisa mostra que 71% dos brasileiros perderam renda, 30% apoiam Bolsonaro e 52% se dizem a favor de manifestações pró-democracia

Por **Carlos Rydlewski** — Para o Valor, de São Paulo

26/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Se a eleição para presidente da república fosse hoje, e os candidatos fossem estes, em quem você votaria? - em %



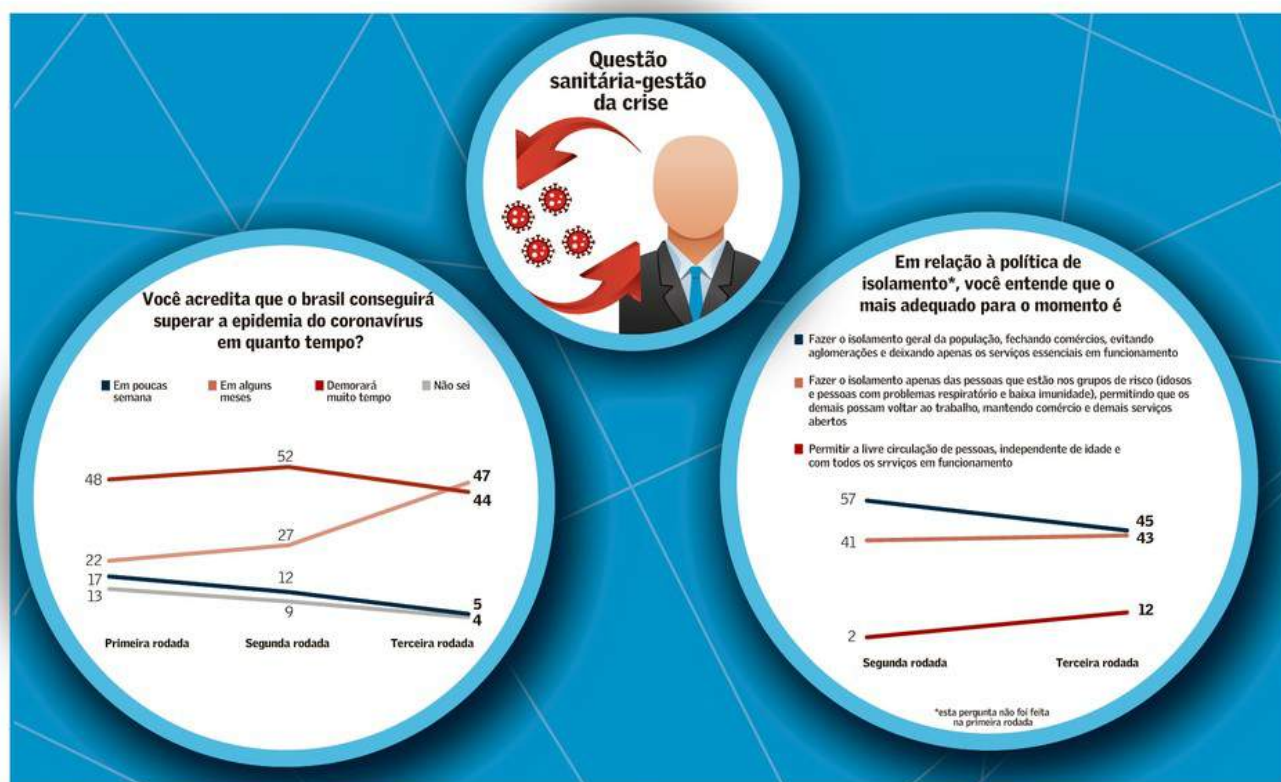
A pandemia de covid-19 afetou negativamente a renda de 71% dos brasileiros. É isso o que indica a terceira rodada de uma pesquisa de opinião pública feita pelo Instituto Travessia, de São Paulo, com exclusividade para o **Valor**. O levantamento constatou que, nos últimos quatro meses, os rendimentos “diminuíram pouco” para 35% da população. Um grupo formado por 25% dos entrevistados, contudo,

disse que eles “diminuíram muito” nesse período. Por fim, outros 9% relataram ter ficado sem renda como resultado da crise sanitária, cujo marco, no Brasil, deu-se com a confirmação do primeiro caso de covid-19, em 26 de fevereiro, em São Paulo. As medidas de distanciamento social começaram a ser implementadas em diversas regiões do país em março.

A enquete mostra também que, nesse período, a avaliação de Jair Bolsonaro (sem partido) na Presidência da República é negativa. No total, 13% dos brasileiros classificam a gestão do seu governo como “ótima” e 17%, como “boa”. Ou seja, ele conta com a aprovação de 30% do eleitorado. Em contrapartida, a soma dos que classificam a administração federal como “ruim” (16%) e “péssima” (25%) alcança 41%. Há ainda um espesso grupo, que reúne 25% das pessoas, para o qual o presidente faz um governo regular. “Em tese, esse grupo se divide pela metade”, diz Renato Dorgan Filho, sócio do Instituto Travessia. “Uma parte aprova e outra é crítica.”

A situação piora para o presidente quando o tema em análise é a gestão da crise sanitária (e não o geral da Presidência). Hoje, uma parcela de 56%, a maioria, a desaprova. Esse percentual era de 50% em março. Por outro lado, houve nesse mesmo período, e simultaneamente, um avanço dos que validam as atitudes adotadas por Bolsonaro frente à covid-19. Essa turma passou de 28% para 35%. “O que nós tivemos aqui foi uma forte redução do número de pessoas que não sabiam responder essa pergunta”, diz Marcus Melo, professor da Universidade

Federal de Pernambuco (Ufpe). “Ele passou de 22% para 9%, mostrando, na verdade, que aumentou a polarização em torno do presidente.”

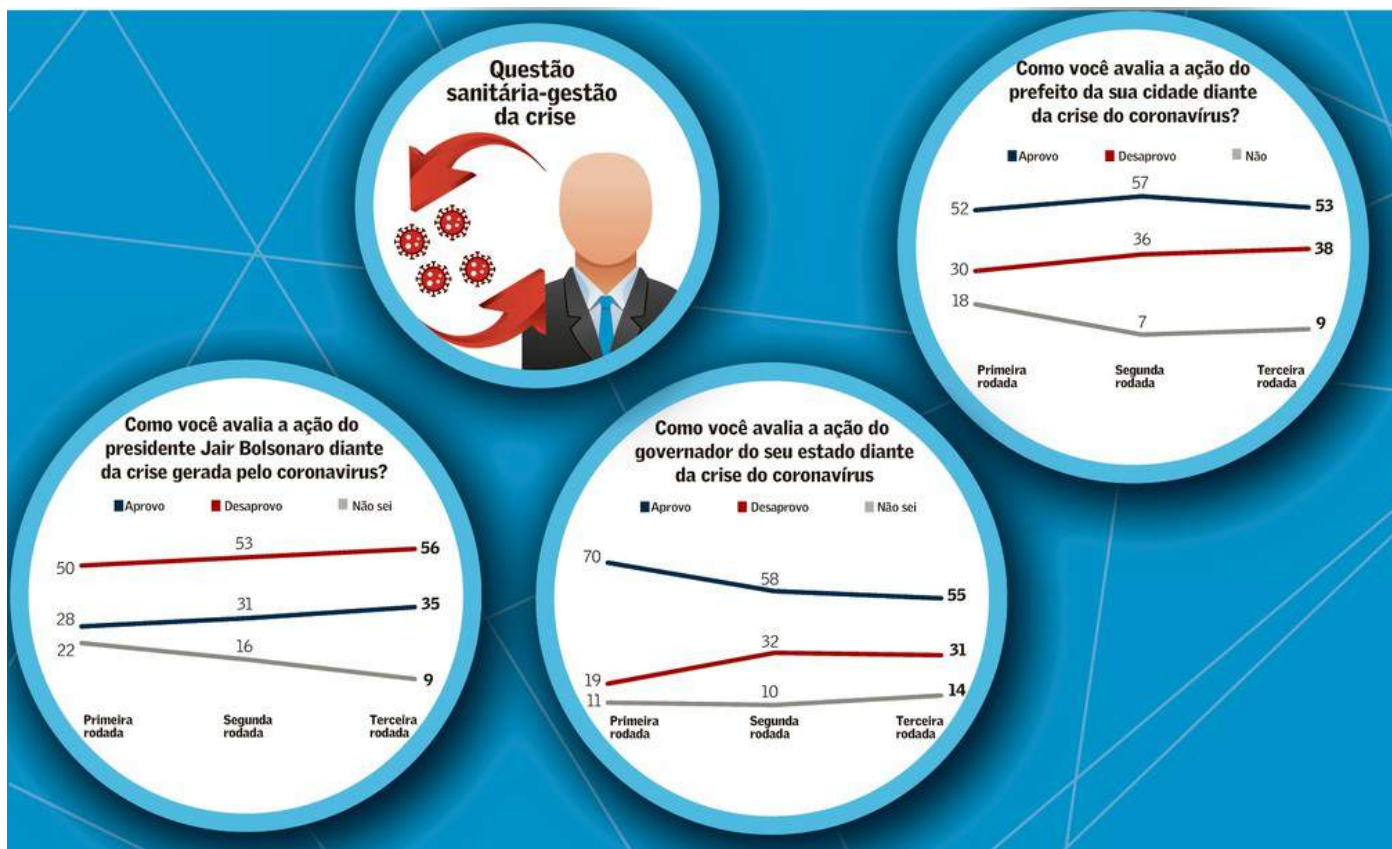


O impacto no bolso da população, observam especialistas, justifica a piora de outro dado presente no levantamento. Trata-se da deterioração da expectativa em torno das consequências da doença na economia do país. Nesta edição da enquete, com entrevistas feitas entre 18 e 19 de junho, 69% das pessoas consultadas afirmaram que o vírus terá um efeito “devastador” na atividade econômica nacional. Em março, tal grupo representava 54% do total. “Em três meses, houve uma variação — e negativa — de 15 pontos percentuais do indicador”, diz Dorgan Filho. “Isso quer dizer que, agora, dois terços das pessoas estão assustadas com os efeitos da crise.”

Analistas observam que o fundo do poço deve estar distante. Em abril, estudo produzido pelo Banco Mundial havia indicado que a crise do coronavírus poderia empurrar mais 5,7 milhões de brasileiros para a linha de pobreza extrema. O incremento previsto elevaria em 60% o grupo de “pobres extremos” do país, cujo total atingiria 15 milhões. Essas pessoas, o equivalente à população de quase uma

Bélgica e meia, passariam a viver com menos de US\$ 1,90 per capita ao dia. Tal estimativa tomou como base uma redução de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020. Os especialistas do banco informaram que o tamanho desse tombo poderia variar, caso fossem ampliados programas sociais e reforçadas medidas de auxílio para a manutenção de postos de trabalho.

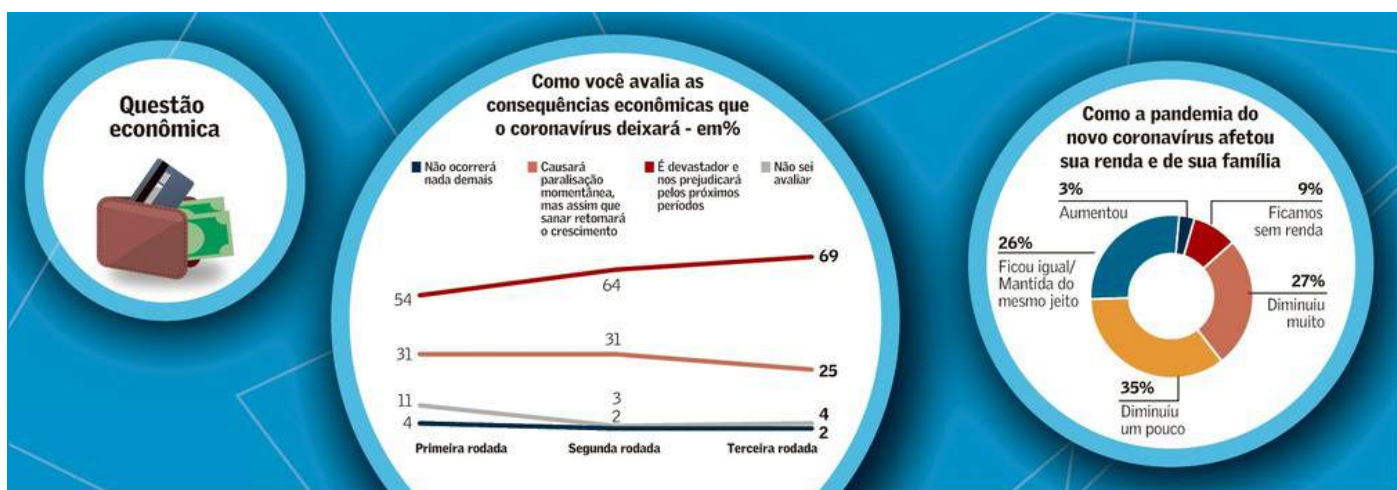
Ainda no quesito renda, deu-se o esperado — que era o mais grave: os mais pobres foram os mais afetados, embora outros grupos sociais tenham sofrido avarias. Na base da pirâmide, entre os que recebem até dois salários ao mês (R\$ 2.090,00), somente 19% disseram que seus ganhos foram mantidos no mesmo patamar pré-crise. Por outro lado, 39% afirmaram que houve uma queda pequena dos rendimentos e 24% apontaram uma grande redução (“diminuíram muito”). Nessa mesma faixa, um grupo de 18% ficou sem ter o que receber ao longo da pandemia. Do outro lado do espectro social, 43% dos que ganham mais de dez salários mensais (a partir de R\$ 10.450,00) indicaram que a renda “diminuiu pouco” e 13%, que “diminuiu muito”.



No dia 22, contudo, Bolsonaro afirmou que o governo federal não conseguirá arcar com mais duas cotas do auxílio emergencial a pessoas físicas, fixado em R\$ 600,00 cada uma, além das três parcelas já programadas. Para continuar com o benefício, acrescentou o presidente, ele teria de ser reduzido. Assim, um novo valor deveria ser negociado com representantes do Congresso Nacional. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por sua vez, já havia defendido publicamente a manutenção dos R\$ 600,00. Há aí uma possível nova fonte de dissonâncias entre o Executivo e o Legislativo federais.

O economista Márcio Holland de Brito, professor na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-Eesp), porém, diz acreditar que o problema não se resume a valores pontuais de programas de auxílio tanto para pessoas como para setores da economia. Ele calcula que o governo desembolsou R\$ 176 bilhões (2,4% do PIB) até o dia 20 de junho, por conta da pandemia. No total, são projetadas despesas de R\$ 404 bilhões (5,5% do PIB). “Ocorre que, quanto pior for a gestão da crise sanitária, mais vamos gastar e menos eficiente será esse gasto”, diz Holland de Brito. “E, no mínimo, não se pode definir tal gestão como satisfatória.”

Até onde se pode enxergar, anota o professor da FGV, o cenário é de aprofundamento da crise. Isso inclui o aumento das taxas de desemprego, uma maior concentração de mercados, além de avanços acelerados da digitalização da economia - uma medida de redução de custo, mas poupadora de trabalho e seletiva, à medida que requer empregados mais qualificados. “Para complicar o problema, ainda existe a perspectiva de desaceleração do processo de inclusão financeira e de acesso ao crédito”, afirma Holland de Brito. “Além do mais, a recuperação econômica depende de estabilidade política. E não tem sido o caso brasileiro.”



Em uníssono, os especialistas classificam o Brasil como um caso peculiar dentro do quadro pandêmico global. Aqui, vive-se a tríplice crise: a sanitária e a econômica, comum ao conjunto das nações do planeta, acrescida da político-institucional. Na opinião do cientista político Carlos Melo, professor da escola de negócios Insper, em São Paulo, isso faz com que, entre outras consequências, o país tenha antecipado a corrida eleitoral rumo à Presidência em 2020. “Estamos há tempos nesse clima de disputa”, diz. “Ele domina a política nacional.”

Esta terceira edição da enquete do Instituto Travessia incluiu uma sondagem sobre a intenção de voto dos eleitores brasileiros (veja quadro nesta edição). Até aqui, o presidente Bolsonaro lidera a disputa, com 25% das preferências. “As últimas pesquisas indicam que o presidente pode estar perdendo apoio entre os mais ricos, mas ganhando adesão entre os mais pobres”, afirma Melo, do Insper.

“Suspeita-se que isso seja resultado do ‘coronavoucher’, o benefício de R\$ 600,00. Se o motivo for de fato a liberação desse tipo de recurso, tudo indica que a atual situação do presidente tem um fôlego bastante curto.”

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ocupa o segundo lugar na pesquisa, com 19% das intenções de voto. No limite, ele e Bolsonaro estão empatados, uma vez que a variação do levantamento é de três pontos percentuais para cima ou para baixo. Nesse mano a mano, o presidente conta com ampla vantagem do voto masculino, com 30% das preferências. Nesse quesito, Lula ocupa o segundo lugar, com 16%, quase a metade do percentual obtido pelo opositor direto. A preferência feminina está mais bem distribuída. O petista lidera nesse campo com 22%, contra 19% para Bolsonaro. Por regiões do país, o atual presidente vence Lula no Sul (32% a 12%) e no Norte/Centro-Oeste (36% a 13%). Ganha ainda com folga menor no Sudeste (23% a 17%) e perde no Nordeste (17% a 30%), tradicional reduto do lulismo.

No tópico renda, Bolsonaro apresenta uma distribuição equilibrada, com participação similar entre os diversos estratos sociais. Obtém 23% entre os que ganham até dois mínimos, 28% entre os que recebem entre dois e cinco salários, 30% de cinco a dez, além de 28% na faixa acima de dez mínimos mensais. O eleitorado de Lula, em oposição, concentra-se nas classes mais baixas. A escala de apoio do petista vai de 21% (até dois mínimos), 16% (entre dois e cinco), 12% (entre cinco e dez) até 9% (acima de dez salários).

De acordo com Dorgan Filho, do Travessia, o ex-ministro Sergio Moro, em terceiro lugar na enquete, com 12% das intenções de voto, é o nome que faz frente a Bolsonaro nas camadas mais abastadas da sociedade. Ele conta com 15% das preferências entre quem ganha de cinco a dez salários e 16% dos que recebem mais de dez mínimos mensais. Por outro lado, observa o analista, é o apresentador de TV e empresário Luciano Huck, na quinta posição geral, com 8% das preferências, a maior ameaça para Lula entre os mais pobres. Huck conquista 10% dos que estão na base da pirâmide social. Ciro Gomes, o líder pedetista, em quarto lugar no geral, com o aval de 10% do eleitorado, tem uma distribuição mais equânime nesse tópico, variando de 9% a 12% em todos os pontos da escala de renda.

Dorgan Filho observa que, considerada a margem de erro (os três pontos percentuais tanto para cima como para baixo), o pelotão que vai de Moro, passa por Ciro Gomes, Huck, o tucano João Doria (em sexto lugar, com 5% das intenções) até João Amoêdo, do Novo (em sétimo, com 4%), está “emboladíssimo”. Para ele, ainda há grande indefinição por parte do eleitor. Ela fica patente quando são observados os percentuais dos indecisos e o total de pessoas que pretende anular seu voto. Somados, eles acumulam 15% das intenções. Ou seja, superam o percentual obtido pelo terceiro colocado da enquete (Moro, com 12%). “E essa taxa é especialmente alta entre os mais jovens, com idades de 16 a 24 anos”, aponta o analista. “Nesse grupo, 10% estão indecisos e 18% querem anular o voto ou votar em branco.”

Tudo isso, portanto, pontuam os especialistas, compõe um quadro sucessório bastante incipiente, ainda que em constante movimento. Mesmo porque, destaca Melo, da Ufpe, esse tipo de levantamento está sujeito a fortes variações até no curtíssimo prazo, à medida que fatos novos não param de implodir a cena brasileira. Nesse caso, ele destaca eventuais desdobramentos políticos de episódios como a prisão de Fabrício Queiroz, no dia 18 (primeiro dia de realização desta enquete), o ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Na lista de possíveis tumultos (ou “fatos novos”), o acadêmico inclui ainda a repercussão da saída do governo de Abraham Weintraub, o ex-ministro da Educação. “Mesmo as novas relações que o governo federal está costurando com os políticos do chamado Centrão são bastante incertas”, diz Marcus Melo. “Essa é

uma base de parlamentares pouco sólida e, portanto, fácil de se desmanchar no ar. O Centrão, como se sabe, não abraça afogados.”

Como fator que corrobora a tendência à instabilidade, o professor da Ufpe menciona ainda a tese do cientista político Ethan Bueno de Mesquita, da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. A teoria indica que eleições subsequentes a desastres e a calamidades reservam um sem-número de surpresas. “Essas ocasiões funcionam como janelas, ou mesmo, grandes lupas por meio das quais as pessoas passam a observar com mais acuidade e constância a situação política”, diz Marcus Melo. “Isso acontece mesmo com aqueles que não costumam dar muita atenção a assuntos dessa natureza.”

E, a partir de agora, quem pode se beneficiar desses novos pontos de observação? Na avaliação de Carlos Melo, do Insper, tudo dependerá da narrativa que vai prevalecer no futuro. “O que a maioria do eleitorado vai apoiar?”, questiona o cientista político.

“Vai ser o discurso segundo o qual o distanciamento social era a medida adequada a ser implementada? Ou as pessoas serão levadas a acreditar que o melhor teria sido liberar tudo de uma vez?”, diz, ainda que esse tipo de questão leve a uma falsa polêmica. Mesmo porque, observa o professor do Insper, tecnicamente, o isolamento é a alternativa na ausência de remédios e vacinas para conter a propagação do SARS-CoV-2 e garantir espaço em UTIs a pacientes em estado crítico. “Ainda assim, do ponto de vista político, essa é uma história aberta”, diz Carlos Melo. “Ela ainda vai ser contada, pois não temos um resumo fechado do desastre.”

Marcus Melo, da UFPE, ressalta que a tal “janela” já vem provocando reviravoltas notáveis entre os atores em cena. “Os governadores, por exemplo, até antes da pandemia não passavam de zumbis políticos”, diz. “A maioria tentava gerir a massa falida de seus Estados. O Rio Grande do Sul e Minas eram verdadeiros doentes terminais. Eles haviam sido contagiados por uma ‘covid financeira’. Agora, seus líderes exercem algum protagonismo, e o debate que girava em torno da falência de muitas unidades da federação, que não tinham dinheiro sequer para pagar o funcionalismo, deslocou-se para discussões e propostas para a construção de hospitais de campanha, por exemplo.”

Esta rodada da pesquisa captou algumas variações de humor - e visão - desse tipo por parte do eleitorado. Esse é o caso justamente do tema “distanciamento social”. O apoio a esse tipo de medida esgarçou nos últimos meses. A defesa do “isolamento total” como forma de proteção da sociedade englobava 57% dos entrevistados, em abril, quando a pergunta foi feita pela primeira. Nesta edição, ela caiu para 45%. Hoje, o “isolamento parcial” conta com o aval de 43% das pessoas.

Houve, paralelamente, expressivo avanço no segmento que prega o fim de qualquer forma de controle à circulação das pessoas. Em abril, esse grupo representava 2% dos eleitores. Agora, abrange 12%. Aumentou, portanto, seis vezes, ainda que permaneça como minoritário. “É inegável que o distanciamento provoca desgaste, cansaço e problemas financeiros em boa parte da população”, diz Dorgan Filho. “Assim, é natural que sua adesão caia.” De qualquer forma, acrescenta o analista, tal fato não deixa de apresentar uma mudança singular de avaliação por parte do eleitor.

O mesmo princípio do desgaste aplica-se à avaliação dos governadores e prefeitos no combate ao novo coronavírus. Embora as iniciativas adotadas até aqui ainda contem com o apoio da maior parte da população, o aval está em queda. Hoje, por exemplo, 55% dos entrevistados aprovam a atuação dos governadores. Ocorre que, em março, ou seja, apenas três meses atrás, esse percentual era de 70%. No caso dos prefeitos, houve variação negativa, mas menor. A aprovação aos líderes municipais caiu de 57% para 53% entre os meses de abril e junho. Está, portanto, próxima da margem de erro.

A pesquisa indica ainda que a maior parte da população é crítica à atuação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) na atual crise política. “Mas essas instituições são pouco visíveis para grande parte do eleitorado”, diz Dorgan Filho. O levantamento aponta também que a maioria (52%) é a favor das recentes manifestações populares pela democracia.

Curiosamente, há um empate sobre a apreciação da maior presença de militares no governo federal (nos últimos meses, ela cresceu, notadamente, no Ministério da Saúde). Nesse caso, 43% se posicionam a favor e 42%, contra. Para Dorgan Filho, o clamor democrático e o simultâneo apreço verde-oliva não caracterizam

contradição. “A visão dos militares está associada a questões como ordem”, afirma. “Ela não se opõe, necessariamente, à democracia.”

Mais do Valor **Econômico**

B3 obtém financiamento de R\$ 1,5 bilhão com Itaú com prazo de três anos

B3 também aprovou o pagamento de R\$ 300 milhões em juros sobre capital próprio

26/06/2020 10:44 — Em Finanças



Ibovespa opera em queda seguindo clima de cautela visto no exterior

Investidores procuram aumentar o nível de proteção e rever suas estratégias

26/06/2020 10:43 — Em Finanças



EUA registram novo recorde diário de casos de covid-19

Quase 40 mil pessoas foram diagnosticadas com a doença no período

26/06/2020 10:42 — Em Mundo

Corregedor do CNJ abre investigação contra desembargador que julgou Flávio Bolsonaro



Paulo Rangel terá 15 dias para apresentar a sua defesa

26/06/2020 10:35 — Em Política



Número de pessoas trabalhando no comércio cresceu 0,3% entre 2017 e 2018

O setor de comércio de veículos, peças e motos foi o mais expressivo, segundo o IBGE

26/06/2020 10:27 — Em Brasil

Mosaic pede ao governo do EUA compensação por importação de fertilizantes de Marrocos e Rússia

Empresa americana alega que concorrentes são injustamente subsidiados no exterior

26/06/2020 10:25 — Em Agronegócios

VEJA MAIS